

Clausewitz nos conflitos atuais

A trindade, a guerra total e a guerra limitada

Valdecir Gregory¹

Introdução

O mundo globalizado, com o qual deparamos nos dias atuais, apresenta inúmeros desafios em todos os campos das relações humanas. Diariamente, e com uma velocidade de propagação nunca antes vista, novas ideias, análises e opiniões surgem, questionando ou ratificando a conservação de valores, estruturas e do senso comum vigentes. Com o fenômeno da guerra não é diferente, o que tem levado inúmeros estudiosos, civis e militares, a se debruçarem em estudos que buscam maior compreensão da guerra na era da informação bem como que tragam respostas aos atuais desafios de segurança e defesa dos estados nacionais.

Diante de tal conjuntura, é prudente que busquemos recorrer aos conceitos consagrados dos grandes teóricos, que ajudaram, com uma abordagem ampla e filosófica sobre a guerra, a talhar seus princípios e métodos, os quais se mostram imunes ao tempo e sobrevivem até os dias atuais.

Dessa forma, o objetivo do presente artigo é trazer à discussão a validade dos conceitos do general prussiano Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz para a realidade atual da guerra e

dos conflitos armados, limitando-se ao estudo da consagrada trindade governo, povo e forças armadas bem como aos conceitos de guerra total e guerra limitada.

Em uma 1ª parte, trataremos da trindade clausewitziana. Será destacada, inicialmente, a vontade do povo como importante componente incorporado à guerra por Napoleão. Clausewitz vivenciou e ressaltou esse fenômeno, questionando se as guerras, dali em diante, passariam a seguir esse padrão ou retornariam ao modelo anterior, em que os governantes mantinham a população alijada das decisões políticas e podiam empreender suas guerras com grande liberdade de ação. O fato é que ele acreditava que, daquele período em diante, o povo não mais se dissociaria da natureza da guerra.

Ainda na abordagem da Trindade de Clausewitz, será destacado o papel das Forças Armadas como detentoras da liberdade de ação para atuar no reino do acaso e da incerteza que conformam a guerra. Nesse sentido, buscaremos ampliar e atualizar o conceito desse importante componente da Trindade, com vistas a atestar a perenidade da teoria estudada.

Também será salientado o papel do governo como detentor da primazia na definição do objetivo político da guerra, ressaltando que esta é

¹ Maj Com (AMAN/98), mestre em Operações Militares (EsAO/06), especializado em Guerra Eletrônica e Manutenção de Comunicações. Atualmente, é instrutor da ECEME, onde concluiu recentemente o Curso de Comando e Estado-Maior.

apenas uma ferramenta da política. O entendimento dessa relação entre as expressões política e militar do poder nacional, também será fundamental para melhor compreensão da segunda parte do artigo, que abordará os dois tipos de guerra, segundo Clausewitz: limitada e total.

Ao final da 1ª parte, buscaremos compreender a relação existente entre os três vetores da trindade e a influência dos mesmos nos conflitos atuais. Veremos que a afirmação de Clausewitz, de que a teoria da guerra é como um objeto em equilíbrio entre três ímãs, não só permanece atual, em pleno século XXI, como dificilmente alguém poderá chegar a bom termo na guerra da era da informação havendo desequilíbrio na trindade.

Em uma 2ª Parte, abordaremos os conceitos de guerra total e guerra limitada. Para compreendermos tais conceitos e como eles se refletem nos dias atuais, será necessário, primeiramente, o entendimento do “conceito puro da guerra”, também definido por Clausewitz como a “Guerra Ideal”.

Por fim, buscaremos estabelecer um vínculo entre os conceitos apresentados e a maneira com que os estados-nação e suas forças armadas vêm lidando com os desafios advindos das atuais guerras e conflitos armados, chegando a uma conclusão acerca da validade dos preceitos de Clausewitz na era da informação.

A Trindade de Clausewitz

O que é a trindade?

No Livro I de *Da guerra*, Clausewitz aborda a natureza da guerra. É nesse livro que se encontra boa parte das ideias atinentes ao nível político e onde o autor identifica características que ele julga serem constantes nas guerras até então

travadas. Tais características, explicitadas no trecho a seguir, delinearam o conceito da trindade.

A guerra, então, não é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política, por via da qual ela pertence à razão pura.

O primeiro destes três aspectos interessa particularmente ao povo; o segundo, ao comandante e ao seu exército; e o terceiro importa, sobretudo, ao governo. As paixões chamadas a incendiar-se na guerra de preexistir nos povos em questão; a amplitude que assumirá o jogo da coragem e do talento no domínio do acaso e das suas vicissitudes dependerá do caráter do comandante e do exército; quanto aos objetivos políticos, só o governo decide por eles. (CLAUSEWITZ, 2010, p.30)

É possível identificar claramente os três componentes da trindade: o povo, o comandante com seu exército e o governo. Contudo, cabe ressaltar que os mesmos foram identificados a partir do seu relacionamento com conceitos também expressos no fragmento apresentado, que são respectivamente:

- 1) as paixões inflamadas na guerra, que podem advir de ressentimentos, ódio e inimizades;
- 2) a coragem e o talento do comandante no emprego de suas forças, exercendo sua criatividade no reino do acaso e da probabilidade que caracterizam a guerra;

3) a razão, ou seja, o poder político, que indica o propósito da guerra.

Dessa forma, é importante que nos fixemos mais nos conceitos que definem os componentes da trindade do que nos componentes em si, pois estes podem sofrer modificações em sua denominação, fruto do tempo e do espaço em que são analisados. Um exemplo simples dessa modificação é o fato de que Clausewitz menciona apenas o “exército e seu comandante”, pois essa era a força singular preponderante nos estados europeus continentais do início do século XIX, ao passo que, nos dias atuais, podemos mencionar não somente as Forças Armadas, mas todos os meios disponíveis, militares e não militares, envolvidos na guerra.

Com essa ideia em mente, é possível traçarmos paralelos e formularmos concepções atuais da trindade, a fim de atestar sua validade em pleno século XXI.

O povo

Como afirmamos no item anterior, o primeiro componente da trindade, o povo, corresponde ao conceito “das paixões inflamadas na guerra, que podem advir de ressentimentos, ódio e inimizades”. Essa correspondência decorre justamente da identificação do povo com o propósito da guerra. Tal identificação, por sua vez, só irá ocorrer quando o povo enxergar, no empreendimento da guerra, a luta por um ideal, por uma crença, por amor à pátria ou, até mesmo, quando enxergar a possibilidade de extravasar seus ressentimentos e seu ódio.

Podemos afirmar que tais sentimentos encontram-se latentes em todos os grupos sociais, pois são inerentes aos indivíduos que compõem tais grupos. Na história militar, Napoleão

é considerado o líder militar que primeiro se valeu da força moral emanada do apoio das massas em prol do propósito da guerra. Seu argumento era de que as guerras que empreendia se faziam necessárias para libertar toda a Europa do Antigo Regime e, com isso, libertar os povos do jugo de seus monarcas absolutistas. Assim, podemos entender que o componente povo, nas guerras napoleônicas, contribuiu para incorporar à guerra a força emanada de um “ideal”, representado pela Revolução Francesa e por seus princípios iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade.

Com essa abordagem, podemos definitivamente nos fixar na ideia de que o primeiro componente da trindade é, na verdade, uma força emanada do campo psicossocial, podendo surgir e abranger desde um pequeno grupo social até a completa expressão psicossocial do poder nacional de um estado-nação.

As forças armadas

Em um primeiro momento, as forças armadas são a representação mais clara do segundo componente da Trindade Clausewitziana, por serem o principal ator que irá atuar no ambiente do acaso e da incerteza que caracterizam a guerra e os conflitos armados, valendo-se de toda a sua capacidade operativa e da criatividade dos comandantes e seus estados-maiores.

No entanto, as guerras e conflitos armados da “Era da Informação” não estão mais restritos a teatros de operações bem delimitados e inimigos facilmente identificáveis e distinguíveis. Esses inimigos podem ser tanto estados, quanto organizações não estatais, terroristas, criminosas ou mesmo indivíduos isolados. As ameaças à segurança são variadas e difusas e exigem do poder político a utilização de

meios que extrapolem o simples emprego do poder militar, resultando em uma combinação ilimitada de meios, como enfatizaram os coronéis Liang e Xiangsui, da Força Aérea Chinesa, em sua obra *Guerra além dos limites*:

Constituindo-se em um método de guerra em que “ir além dos limites” representa sua característica principal, o seu princípio básico consiste na reunião e combinação do maior número de meios para solucionar um problema, constituindo uma ambiência mais ampla que a do problema em si. Por exemplo, quando a segurança nacional é ameaçada, a resposta não consiste em, simplesmente, selecionar meios para enfrentar militarmente a outra nação, mas, em vez disso, trata-se de dissipar a crise através do emprego de “Combinações Supranacionais”... (LIANG; XIANGSUI, 1999, p.206)

Assim, podemos chegar ao entendimento de que o segundo componente da trindade é, em uma leitura atual, o ator ou conjunto de atores que se valerá de todos os meios e capacidades, incluindo o uso da força, para, em um ambiente de incerteza, atingir objetivos intermediários que contribuam para o objetivo político proposto.

Com esse último entendimento, podemos afirmar que tal componente da trindade não se limita mais unicamente às Forças Armadas de um estado-nação, mas a todos e quaisquer meios que sejam empregados para subjugar o oponente ou neutralizar uma ameaça com vistas à consecução de um objetivo político bem definido, seja esse objetivo traçado por um ator estatal, seja ele estabelecido por qualquer outro ator global não estatal, como, por exemplo, as já citadas organizações terroristas ou criminosas. Dessa forma, essa abordagem se contrapõe à tese, propagada por muitos estudiosos,

como Kaldor (1999) e Creveld (1991), de que os conflitos armados de baixa intensidade, levados a cabo por atores não estatais, empregando estratégias de ação indireta, não podem ser enquadrados na concepção clausewitziana da natureza da guerra.

O argumento central, tanto para Creveld como Kaldor, é que a reflexão de Clausewitz sobre a guerra está superada. Essa obsolescência se daria em dois aspectos: o primeiro, a guerra não seria mais um fenômeno da política interestatal e tenderia, cada vez mais, a ser um fenômeno que ocorre sem o controle do Estado, ou apesar do controle estatal. O segundo, a guerra do século XXI, em sua própria dinâmica interna também não refletiria mais a trindade de forças que Clausewitz postulou em *Da guerra*, seja em virtude do surgimento de novas realidades tecnológicas no campo de batalha, seja porque as “novas guerras” não são mais travadas por um Povo, um Exército e um Governo, que estes autores supõem que seja a referida trindade. (SILVA, 2003, p.133)

O governo

O governo é o componente da trindade que define o “objetivo político” ao qual o conflito ou guerra está racionalmente vinculado. Ao se levantar a concepção de que o delineamento de objetivos não é uma exclusividade de governos de estados-nação, mas algo que se dá em todo e qualquer grupo que se organize para um determinado fim, torna-se possível flexibilizar a definição de mais este integrante da trindade.

Atualmente, os estados-nação vêm cada vez mais dividindo espaço com outros atores na arena global. Exemplo disso é o grande poder econômico de algumas empresas mul-

tinacionais e mesmo de indivíduos — os quais chegam a superar o PIB de inúmeras nações — ou, ainda, o elevado poder de fogo de organizações terroristas e criminosas, que conseguem, em alguns casos, subjugar as forças armadas de alguns estados.

Esses novos atores, que compõem o complexo cenário internacional, possuem organização e metas muito bem definidas. Invariavelmente, seus organogramas preveem um grupo dirigente, responsável por estabelecer as diretrizes e definir as estratégias a serem trilhadas na consecução de seus objetivos. Tal constatação permite encaixar tais grupos dirigentes na Trindade Clausewitziana, ampliando o conceito anterior, que se restringia apenas ao “governo”, dando-lhe uma nova forma. Assim, em uma concepção mais atual, poderíamos denominar o terceiro componente da trindade como “grupo dirigente”, seja ele de que organização for.

O equilíbrio na trindade

Das observações realizadas nos itens anteriores, podemos afirmar que a concepção da natureza da guerra elaborada por Clausewitz, particularmente no que tange à Trindade, permanece muito atual. Creditamos tal conclusão ao fato de que Clausewitz, em sua obra *Da guerra*, expressou uma concepção filosófica acerca da guerra, extraindo sua verdadeira essência. Por sua abordagem profunda sobre a teoria da guerra, é possível afirmar que o autor alcançou uma aspiração que ele próprio expôs no prefácio de sua principal obra:

A minha ambição era escrever um livro que não fosse esquecido após dois ou três

anos e que possivelmente pudesse ser consultado mais de uma vez por aqueles que estão interessados pelo assunto. (CLAUSEWITZ, 1984, p.65)

Uma vez confirmado que a teoria permanece atual, passaremos a observar sua aplicação nos recentes conflitos armados e guerras, considerando, obviamente, a abordagem realizada nos itens anteriores acerca da trindade, a qual podemos resumir no **Quadro 1**.

Não é objetivo do presente estudo tecer uma análise pormenorizada acerca dos conflitos e guerras que serão citados, mas tão-somente deter-se aos aspectos que relacionam esses conflitos à trindade apregoada por Clausewitz:

Estas três tendências são como três códigos de leis diferentes, profundamente enraizados em seu tema e, contudo, variáveis em sua relação uns com os outros. Uma teoria que ignore qualquer um deles, ou que procure estabelecer uma relação arbitrária entre eles, estaria a tal ponto em conflito com a realidade que, somente por esta razão, seria totalmente inútil.

A nossa tarefa é, portanto, elaborar uma teoria que mantenha um equilíbrio entre estas três tendências, como um objeto suspenso entre três ímãs. (CLAUSEWITZ, 1984, p.93)

Conceito Clássico	Proposta Atual
Povo	Força emanada do campo psicossocial, abrangendo desde um pequeno grupo social até a completa expressão psicossocial do poder nacional de um estado-nação.
Forças Armadas	Ator ou conjunto de atores, militares ou não, que irão valer-se de todos os meios e capacidades, inclusive o uso da força, para, em um ambiente de incerteza, atingir objetivos intermediários que contribuam para o objetivo político proposto.
Governo	Grupo dirigente, estatal ou não.

Quadro 1 – Trindade Clausewitziana

Fonte: o autor

Em suma, o objetivo é constatar que, se um conflito armado ou guerra fugir ao equilíbrio entre os três vértices da trindade, estará fugindo, por conseguinte, à essência da guerra. Tal desequilíbrio, por sua vez, poderá levar inúmeras dificuldades aos atores que se engajam em tais conflitos.

Observemos, por exemplo, a guerra do Vietnã. Essa guerra foi amplamente estudada pelos americanos, a fim de identificar as razões que levaram ao fracasso no atingimento do objetivo político. Segundo Strachan, o Gen Colin Powel combateu no Vietnã e foi um dos que buscaram respostas nos teóricos clássicos do pensamento militar ocidental. Ao ler Clausewitz, o Gen Powell identificou uma série de aspectos dissonantes da trindade, os quais buscou corrigir quando exerceu o cargo de chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Americanas, em 1990, aplicando-os rigorosamente na guerra que se seguiu com o Iraque, em 1991 (STRACHAN, 2008, p.8).

Dentre os aspectos dissonantes da trindade, que levaram ao insucesso americano na Guerra do Vietnã, a dificuldade em lidar com a emergência do ambiente informacional talvez esteja entre as principais. As imagens do teatro de operações, mostrando as agruras por que passavam os soldados americanos, chegavam diariamente aos lares de seus familiares na América, afetando diretamente seu moral e comprometendo seu apoio à causa da guerra, levando a um desequilíbrio na trindade.

Da observação dos fatos nessa guerra, também é possível afirmar que, quando um dos vértices da trindade é afetado, acaba por desequilibrar os outros. Nota-se, por exemplo, que, ao deparar com a perda do apoio da população, o governo americano, no afã de re-

solver rapidamente a questão, passou a ingerir diretamente nas ações no teatro de operações, diminuindo a liberdade de ação do comandante militar à época, Gen Westmoreland, prejudicando o andamento das operações.

Tomemos um outro exemplo a partir da observação da Primeira Guerra do Golfo, em 1991. Nesse caso, observamos um perfeito alinhamento dos três componentes da trindade:

- 1) o apoio da população dos países aliados e de grande parte da opinião pública mundial, que rechaçava a ideia de um estado ocupado militarmente por outro;
- 2) a organização de uma grande Força Conjunta Combinada, sob o comando unificado do Gen Norman Schwarzkopf;
- 3) um objetivo muito bem definido pelos aliados, liderados pelos Estados Unidos, que consistia na expulsão das Forças Iraquianas do Kuwait.

O equilíbrio da trindade foi mantido do início ao fim da guerra, e observa-se que algumas decisões, tomadas no seu curso, contribuíram para tal. Um exemplo foi a decisão do presidente americano George H. Bush de interromper a campanha terrestre no 5º dia, imediatamente após as forças iraquianas realizarem uma retirada sob pressão do Kuwait. Seu objetivo era manter a legitimidade da operação, atendo-se ao objetivo proposto e evitando um massacre das Forças Iraquianas, o que poderia gerar uma comoção mundial contrária à intervenção aliada. Notemos que se buscou evitar um impacto no primeiro vértice da trindade, qual seja, a força emanada do campo psicossocial, o apoio da população à causa, ao mesmo tempo em que houve

um cuidado em manter a guerra subordinada à razão e ao objetivo estabelecido pelo grupo dirigente, nesse caso, os Aliados.

Muitos poderão afirmar que os dois exemplos citados são conflitos com amplo emprego de meios convencionais, passíveis da aplicação dos conceitos de Clausewitz, e que tal teoria seria de difícil aplicação nos conflitos atuais. Assim, tomaremos um exemplo de conflito irregular assimétrico bastante atual, para atestar que a trindade não só pôde ser transposta para a era da informação, como o seu equilíbrio constitui, ainda hoje, o fio condutor dos conflitos e da guerra.

Falaremos de um conflito que tem ocupado a mente de políticos, militares, cientistas políticos, sociólogos, imprensa e inúmeros estudiosos nos últimos dois anos: o conflito armado sustentado pelo Estado Islâmico no oeste da Síria e norte do Iraque.

Inicialmente, a primeira constatação é que estamos diante de um conflito armado multifacetado, com inúmeros atores e interesses envolvidos, e isso está correto. No entanto, é preciso um esforço para compreender a situação, estabelecendo um diagrama de relações, e, a partir desse diagrama, buscar identificar os componentes da Trindade Clausewitziana.

De maneira muito sucinta, poderíamos identificar no EI (Estado Islâmico) os três componentes:

- 1) o califa e seus apoiadores mais próximos, como o “Grupo Dirigente”, que estabeleceram o objetivo de fundar um califado, um novo estado teocrático guiado pela Sharia;
- 2) o “ideal” que motiva os recrutados para lutar em prol da construção desse novo estado e seus apoiadores como

sendo a “força psicossocial”; e

- 3) as operações militares convencionais, com a conquista de cidades, territórios e estruturas estratégicas, associadas ao terror e à violência e crueldade extremas, com ampla exploração no ambiente informacional, caracterizam uma “combinação de meios” empregados em prol de objetivos intermediários que visam ao estado final desejado, que é a criação do estado.

Em oposição ao EI, temos a OTAN, sob liderança dos EUA, apoiando o Iraque, além da Rússia, apoiando a Síria, e de outros atores, como os curdos. Enfim, temos um conjunto de atores atuando contra o EI. No entanto, não há sinergia entre suas ações, e não existe um objetivo político unificado, impactando diretamente no equilíbrio da trindade, por não haver unidade de pensamento naquele que deveria ser o grupo dirigente, ou seja, nos governos e líderes dos estados e grupos que lutam contra o EI.

Outro componente da trindade em desequilíbrio nesse conjunto de atores é o apoio de suas populações. Não há, com exceção dos curdos, motivação suficiente, segundo a perspectiva dessas populações, que justifique uma ação mais contundente, com envio de tropas para derrotar o EI. Dessa forma, os estados passam a limitar os meios empregados, priorizando ataques aéreos e operações especiais, em um conflito que tende a se prolongar no tempo.

Observamos, portanto, que um conflito armado recente, com todas as características da era da informação, permanece seguindo os preceitos da natureza da guerra segundo Clausewitz. E mais, observamos que o desequilíbrio em um dos componentes afeta diretamente os

demais, provocando distorções que afastam os envolvidos na guerra da essência da mesma, comprometendo seu êxito.

Guerra total e guerra limitada

É comum que boa parte daqueles que estudam Clausewitz automaticamente o associe aos conceitos da estratégia militar direta, à preponderância no emprego da expressão militar do poder e à busca da vitória militar por meio da destruição das forças armadas oponentes, como único meio de se atingir a vitória.¹ Outros, ainda, o associam à “guerra total”, imputando-lhe, injustamente, parte da responsabilidade na carnificina que se viu nas I e II Guerras Mundiais². No entanto, é preciso compreendermos o conceito de guerra total e não nos deixarmos levar por tal simplificação. Uma vez compreendido o que Clausewitz definiu como guerra total, teremos maior facilidade em compreender a guerra limitada e, a partir daí, sua ligação com a releitura que realizamos da trindade clausewitziana no item anterior.

Primeiramente, é importante enfatizar que os conceitos de guerra total e guerra limitada não estão relacionados diretamente à quantidade de meios empregados na guerra. A quantidade de meios pode variar sim, entre um tipo e outro, mas não é o que determina a diferença entre eles.

A fim de obter melhor compreensão desses dois conceitos, será necessário, inicialmente, o entendimento do que é o “conceito puro da guerra”, também definido por Clausewitz como a “guerra ideal” ou “guerra absoluta”.

O conceito puro da guerra ou guerra ideal

A guerra ideal não deve ser entendida como sendo uma forma ou padrão ideal de conduzir uma guerra, mas sim, deve ser compreendida no seu sentido filosófico, segundo a corrente filosófica do idealismo alemão. Tal corrente, que possui os prussianos Kant e Hegel como alguns de seus principais representantes, influenciou o estilo literário e o método de raciocínio de Clausewitz, fato que fica bastante evidenciado na dialética alemã presente em sua principal obra: *Da guerra*.

Segundo Utz (2012), o idealismo alemão, no sentido ontológico, estabelece que os conceitos derivam de reflexões por parte do sujeito, “do EU”, que, por sua vez, levam a sínteses — as ideias. Tal escola filosófica distingue-se da corrente realista justamente por desconsiderar a interação do objeto fruto da reflexão com a realidade. Significa dizer que o conceito de guerra ideal corresponde, na verdade, a uma ideia isolada do que seja guerra, desconsiderando a ligação com suas causas e consequências. Nesse caso, segundo Clausewitz, “a guerra é simplesmente um ato de força para obrigar o inimigo a fazer a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1984, p.75). Cabe ressaltar, ainda, que não há limites para o emprego dessa força:

A tese deve ser repetida, portanto: a guerra é um ato de força e não existe qualquer limite lógico para o emprego dessa força. Cada lado obriga, portanto, o seu oponente a fazer o mesmo que ele. Tem início uma ação recíproca, que deverá, em tese, levar a extremos. (CLAUSEWITZ, 1984, p.77)

A guerra ideal é, portanto, um duelo em grande escala e deve ser travada com o uso máximo da força. O que traz essa “idéia” para o mundo real é justamente a correlação que a

guerra tem com seu propósito, ou melhor, com o objetivo político traçado pelo grupo dirigente (CLAUSEWITZ, 1984, p.82).

Assim, a relação da guerra com o seu propósito resultará basicamente em duas possibilidades, que caracterizam sua dupla natureza: limitada e total.

A guerra total

A guerra total ocorre quando o objetivo político estabelecido é a própria destruição política do inimigo, ou ainda, quando o objetivo for garantir a sobrevivência própria contra a intenção do inimigo em nos eliminar politicamente. Nesse caso, teremos uma guerra muito próxima de seu conceito puro, ideal, a “guerra total” (CLAUSEWITZ, 1984, p.91).

Na guerra total, os objetivos militares e mesmo os objetivos traçados para os demais campos do poder confundem-se com os objetivos políticos, pois todos eles estarão apontando para a completa destruição do oponente. A fim de exemplificar, podemos citar as guerras árabe-israelenses como sendo guerras totais, pois visavam, de um lado, a destruição do Estado de Israel e, de outro, a sua sobrevivência como estado-nação. “Na Conferência do Cairo de 1964, a Liga Árabe declarou, pela primeira vez, que seu objetivo final era a destruição do Estado de Israel” (CAMARGO, 2006, p.430).

A guerra limitada

A guerra limitada ocorre quando o objetivo político é estabelecido aquém daquele explicitado no item anterior, ou seja, quando não visa à total eliminação política do oponente, ou melhor, quando há uma limitação desse objetivo. (CLAUSEWITZ, 1984, p.91)

Na guerra limitada, os objetivos militares, bem como os objetivos traçados para os demais campos do poder, contribuem para o atingimento do objetivo político.

Quanto mais distante o objetivo militar está do objetivo político, mais próximos estamos da guerra limitada. Dessa forma, será possível tornar claro que: quando um governo estabelece um determinado objetivo político e conclui sobre a necessidade do emprego do poder militar para atingir esse objetivo, **a limitação desse poder militar já estará pressuposta na definição do objetivo militar que contribuirá para o atingimento do objetivo político (estado final desejado)**. Uma vez estabelecido esse limite, Clausewitz afirmava que não deveria haver limitação no emprego da força para atingir esse objetivo militar, sob pena de prejudicar o atingimento do objetivo político.

Em 1804, Clausewitz já fazia uma distinção entre as guerras travadas para “exterminar o oponente e destruir a sua existência política”, daquelas travadas para enfraquecer o oponente o suficiente para que pudesse “impor condições [a ele] na conferência de paz”. Quando ainda estava elaborando essa distinção, Clausewitz negava que o fato de os propósitos serem limitados justificasse uma limitação dos esforços. Ele argumentava que, mesmo que não se pretendesse mais do que obrigar o oponente a concordar com os termos, o seu poder e a sua determinação de resistir deveriam ser quebrados. Por motivos políticos e sociais, bem como por motivos militares, a melhor maneira de ocasionar a vitória era a mais curta e mais direta, e isso significava utilizar toda a força possível (PARET, 1984, p.21 e 22).

Clausewitz também ressalta que é direito do chefe militar exigir que, ao se traçar o objetivo político, seja levada em conta a capaci-

dade dos meios de que o poder militar dispõe para cumprir sua missão, condicionando, de certa forma, a definição do objetivo político.

A guerra, de uma maneira geral, e o comandante, em qualquer ocasião específica, têm o direito de exigir que o rumo e os desígnios da política não sejam incompatíveis com esses meios. (CLAUSEWITZ, 1984, p.91)

Tal teoria mostra-se muito atual, uma vez que, na maioria das guerras e conflitos armados recentes, os atores envolvidos estabeleceram objetivos limitados, embora tenham, equivocadamente, também limitado seus meios e força. Essa limitação de meios e força é justamente o ponto de dissonância entre a teoria da dupla natureza da guerra de Clausewitz e a realidade observada nos atuais conflitos. Destarte, é possível supor que tal dissonância seja um dos motivos, juntamente com o desequilíbrio na trindade, que têm levado tais conflitos a se prolongarem no tempo em meio a indefinições.

Em 1999, os coronéis Qiao Liang e Wang Xiangsui, da Força Aérea Chinesa, elaboraram uma teoria definida como “guerra além dos limites”, em que os meios empregados não devem obedecer a limites, mas os objetivos sim, mantendo um alinhamento com o conceito clausewitziano de guerra limitada.

Um general inteligente não irá limitar suas medidas levando em conta que os objetivos são limitados. Isso muito possivelmente produziria um fracasso à beira de um sucesso. Assim sendo, o limitado deve ser buscado através do ilimitado. (LIANG; XIANGSUI, 1999, p.240)

Conclusão

O presente artigo buscou resgatar a es-

sência da natureza da guerra, presente na obra do general prussiano Carl Von Clausewitz, a fim de lançar luz sobre a realidade atual dos conflitos armados, buscando compreender melhor os mecanismos que os regem.

Na primeira parte, concluímos que a Trindade Clausewitziana mantém-se atual, mesmo no complexo ambiente da era da informação. Ademais, vimos que o equilíbrio entre seus componentes representa a própria natureza da guerra e que, se algum deles ruir, terminará por desequilibrar os demais e comprometer o êxito na condução da guerra.


Na segunda parte, vimos que a guerra limitada pressupõe o estabelecimento de um objetivo limitado, não significando limitação de meios, nem tampouco da força empregada.

Podemos concluir, portanto, que o êxito de um determinado estado-nação na condução dos conflitos armados e da guerra vincula-se, necessariamente, à sua habilidade em estabelecer objetivos políticos claros e conjugar o equilíbrio da trindade com o emprego ilimitado de meios e o uso máximo da força, para atingir tais objetivos.

Sobre essa conclusão cabem, ainda, as seguintes reflexões: é concebível que um determinado governo de estado-nação empregue inadequadamente seus meios, entre os quais as Forças Armadas, deixando de realizar uma correta avaliação do cenário de crise e de definir objetivos políticos e militares claros e mensuráveis? Da mesma forma, é aceitável que não se garanta a um comandante militar o emprego ilimitado de meios e o uso máximo da força com o objetivo de atingir o objetivo militar? É prudente que não se busque o necessário apoio da força emanada do campo psicossocial para qualquer ação em que se decida empregar a

expressão militar do poder nacional?

Por fim, o presente artigo não teve a intenção de esgotar o assunto, mas apenas pres-

tar uma pequena contribuição com um tema de grande relevância para os profissionais que trabalham com defesa e segurança. 

Referências

CAMARGO, Cláudio. Da Autodefesa à expansão: A Guerra dos Seis Dias, 1967. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. 3 v. Tradução do original para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Rio de Janeiro: EGN, 1984.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução do original para o português por Maria Teresa Ramos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

CREVELD, Martin Van. **The transformation of war**. New York: The Free Press, 1991.

HART, Basil Liddell. **Strategy: The indirect approach**. Londres: Faber and Faber, 1954.

HOWARD, Michael. **Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **A Guerra Além dos Limites – Conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização**. Pequim: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

PARET, Peter. A Gênese de Da Guerra. In: CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. 3 v. Tradução do original para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Rio de Janeiro: EGN, 1984.

SILVA, Carlos Eduardo M. Viegas da. **A transformação da guerra na passagem para o século XXI. Um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz**. São Carlos – SP, 2003. 158 fl. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz (uma biografia)**. Tradução do inglês para o português por Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

UTZ, Konrad. **Sujeito e Liberdade – Investigações a partir do idealismo alemão**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012.

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Ver a Nota 2.

² É provável que os que defendem tais idéias o façam motivados pela grande influência do historiador e militar britânico Basil Henry Liddell Hart (1895-1970) e de uma de suas principais obras — *Strategy: The indirect approach* — na formação do pensamento militar ocidental. Liddell Hart atribuía a Clausewitz os massacres ocorridos na Primeira Guerra Mundial, como enfatizou Strachan: “Em suas conferências Lees Knowles, proferidas em Cambridge em 1932-33, Basil Liddell Hart culpou Clausewitz pelo massacre da Primeira Guerra Mundial (Strachan, 2008, p.21)”. “Em 1933, Basil Liddell Hart reagiu à condução da Primeira guerra Mundial, atacando Clausewitz ferozmente por sua ‘doutrina da guerra absoluta, a teoria da luta decisiva’, que fez da ‘política a escrava da estratégia’ (Strachan, 2008, p.145).”